



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Departamento	Unidade
Coordenação do mestrado em direito agrário	Faculdade de Direito

Nome da Disciplina	Período a ser cursada
Posse e propriedade nos sistemas jurídicos modernos	2º semestre de 2018

Pré-Requisitos	Co-Requisitos
Sem pré-requisitos	Sem co-requisitos

Núcleo da Disciplina (Comum/Específico)	Natureza da Disciplina (Obrigatória/Optativa)
Comum	Obrigatória – Referencial da linha 1

Distribuição da carga horária			
Carga horária total	Teóricas	Práticas	Carga horária semanal
48 hs	48 hs	-	8 hs

Ementa

Posse e propriedade em suas abordagens econômica, histórica, cultural e jurídica atuais. Posse e propriedade no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo. Contextualização histórica de tais institutos na tradição jurídica moderna. Aproximações históricas desses institutos na história moderna brasileira. Sistemas jurídicos não modernos e seu tratamento do instituto da posse e propriedade.

Docente:

Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto

dellacroce@dellacroce.pro.br

Goiânia, 06 de agosto de 2018

Professor da disciplina

Coordenador do Programa

2. JUSTIFICATIVA

A questão agrária está essencialmente ligada à estrutura proprietária do país e muitos fatores, externos e internos, históricos e conjunturais, políticos e econômicos, concorrem para que ela não mude. Mais que um problema territorial, humano ou ambiental, a nossa estrutura produtiva está vinculada a uma posição geopolítica no cenário global, que impõe a economias frágeis papéis de fornecedores de recursos naturais e trabalhadores baratos, alta remuneração financeira e aguda concentração de riqueza e patrimônio. A incipiente democracia brasileira não conseguiu ainda mudar a matriz econômica nacional, fazendo crescer o seu mercado interno e padrões de consumo e de vida, o que é sintomaticamente percebido pela absurda distribuição da propriedade privada rural.

A proposta deste curso no interior de nosso projeto de pós-graduação, como pode parecer à primeira vista, seria estudar comparativamente a institucionalidade da propriedade e da posse nos vários sistemas de direito no mundo. Esta não é, todavia, a perspectiva explorada neste curso. A partir de outra abordagem, propomos explorar as condições e possibilidades jurídicas e políticas daqueles institutos, comparando-os à realidade que os estabelece e reforça da forma como se encontram.

Assim, longe de pressupor que a propriedade pudesse ter uma fundamentação naturalística, a ser buscada na melhor justificativa filosófica, ou ainda de imputar ao direito uma autonomia para fundar racionalmente as suas razões e fazê-las prevalecer sobre as da política, partimos do ímpeto de explorar as condições estratégicas, econômicas, sociais e geopolíticas que firmam aqueles institutos no sistema jurídico nacional, em busca de um mapeamento teórico resumido que estimule a competência analítica do aluno a compreender e julgar o que move a juridicidade em seus condicionamentos.

Para tanto, buscaremos realizar um exame constitutivo, fundamental e conjectural que permita a reflexão de conjunto dos elementos e das condições de possibilidade da propriedade, no afã de favorecermos uma abordagem multidisciplinar no tratamento de nossos objetos. Assim, buscamos privilegiar a atual conjuntura de debates sobre os temas conexos às relações proprietárias rurais, assumindo que o elemento-chave da questão agrária, e portanto do direito agrário, não é somente a questão da distribuição da propriedade da terra ou da centralidade nos processos econômicos agrários estabelecidos sobre o conceito de empresa agrária, mas um complexo de questões humanas, culturais, ambientais, estratégicas e produtivas, em meio a um contexto global de exaurimento de recursos naturais, mudanças climáticas e pressão por justiça social.

A partir deste viés analítico, procuramos trazer uma abordagem contemporânea da questão agrário-proprietária sob três aspectos: o constitutivo, visando a reconhecer as condições reais que estabelecem a estrutura proprietária do país; a fundamental, visando à busca de quadros teórico-analíticos que permitam abordagens fundamental, histórica, filosófica, econômica, sociológica e

política; e a conjectural, visando a explorar caminhos prospectivos, exploradores de possibilidades teóricas realistas. O aspecto comparativo ficaria, assim, satisfeito pela justaposição do inventário do estabelecimento, de sua formação estrutural e das possibilidades teóricas no que diz respeito à propriedade.

A base bibliográfica deste estudo se estabelecerá em autores como Nagel, em sua decomposição conceitual e implicações do instituto da propriedade; em François Ost, que elabora nova proposta jurídica à noção de patrimônio assim como fornece um mapa constitutivo do direito de propriedade na modernidade; uma problematização daquela concepção de patrimônio também realizada por Xifaras; e uma leitura introdutória sobre as ações coletivas numa perspectiva econômica elaborada por Ostrom (primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel de economia).

Paralelamente a essa base bibliográfica, haverá a exploração de temas na realização de seminários elaborados a partir de problemas específicos, para os quais os alunos serão estimulados a buscarem mais autonomia na pesquisa e no tratamento especulativo das questões postuladas.

As competências intelectuais/formativas buscadas pelo curso são: situar criticamente as condições de possibilidade da vida agrária nacional e de sua estrutura proprietária; compreender num mapa histórico-cognitivo as estruturas jurídicas e políticas da modernidade, confrontando-as com nossa realidade pátria; identificar possibilidades teórico-especulativas ao nosso modelo produtivo e jurídico; conhecer alguns aspectos dos problemas agrário nacionais condicionados pela estrutura proprietária.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

Empreender um estudo crítico de como se caracteriza a estrutura fundiária nacional, quais as forças de diversas ordens que a mantém, reconhecer algumas de suas implicações e comparar os ideais político-legais com sua efetivação.

3.2. Específicos

- Estudar a formação jurídica do instituto da propriedade na modernidade e seus desdobramentos.
- Examinar criticamente a estrutura fundiária brasileira, sua produção econômica e algumas de suas implicações, notadamente quanto à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.
- Examinar as condições ideológicas, econômicas e políticas, internas e externas, de fixação da estrutura institucional agrária.
- Estudar algumas perspectivas teóricas de redimensionamento da propriedade privada à luz de uma visão mais elástica e democrática do direito agrário.

4. PROGRAMA TEÓRICO

Aspectos fundamentais – a justificação da propriedade	Textos
A formação jurídica da propriedade A desmitificação da propriedade	A natureza à margem da lei, cap. 2, Ost O mito da propriedade, caps. 1 e 2, Nagel
Aspectos constitutivos – o sentido econômico da propriedade	
O contexto econômico e político mundial e o Brasil	Henry Bernstein, Yamila Goldfarb, Jean Ziegler, Mazoyer e Roudardt, Abramovay, Eli da Veiga
A apropriação crescente e implicações	Pat Mooney, Theodor Shanin, Mahmood Mamdani, Henry E. Smith, Tom Palmer
Reforma agrária ou reforma fiscal?	Caio Prado Junior, Wolfgang Streeck, Sauer
Aspectos conjecturais – outras formas jurídicas de organização econômica	
Um novo modelo econômico e a crítica à financeirização da preservação ambiental	Amyra El Khalili
Forma jurídica alternativa à propriedade	O patrimônio: um estatuto jurídico para o meio, cap. 8, Ost.
Patrimônio sem sujeito	L'appartenance patrimoniale, Chapitre VII, Xifaras, M., 293-318.(v.2)
Instituições de ação coletiva	Reflections on the Commons, Chapter 1 to 3, Ostrom, Elinor, 1-101.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Datas	CONTEÚDO/ATIVIDADES
07 AGO	Apresentação do programa e método de trabalho; apresentação das ordens de problemas implicadas na questão proprietária; fundamentação: início do estudo do cap. 2 do livro de Ost sobre a formação jurídica da propriedade ocidental moderna.
09 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de François Ost, A natureza à margem da lei – a formação jurídica da propriedade.
14 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de François Ost, A natureza à margem da lei – a formação jurídica da propriedade. Aspectos constitutivos: início da apresentação do texto de Navarro.
16 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de François Ost, A natureza à margem da lei – a formação jurídica da propriedade. Aspectos constitutivos: continuação da apresentação do texto de Navarro e sua problematização.

21 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de Nagel. Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 2.
23 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de Nagel. Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 2.
28 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de Nagel. Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 3.
30 AGO	Fundamentação: aula expositiva dialogada sobre o texto de Nagel. Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 4.
04 SET	Conjectura: aula expositiva dialogada sobre o texto de Xifaras: L'appartenance patrimoniale, Chapitre VII, 293-318.(v.2) Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 5.
06 SET	Conjectura: aula expositiva dialogada sobre o texto de Xifaras: L'appartenance patrimoniale, Chapitre VII, 293-318.(v.2) Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 6.
11 SET	Conjectura: aula expositiva dialogada sobre o texto de Xifaras: L'appartenance patrimoniale, Chapitre VII, 293-318.(v.2) Aspectos constitutivos: apresentação e debate sobre o texto 6.

Início das aulas: 07 de agosto de 2018

Término das aulas: 11 de setembro de 2018

6. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela;
2. Recursos audio-visuais (slides e filmes técnicos);
3. Realização de seminários pelos acadêmicos;
4. Adoção de textos atualizados;
5. Disponibilização da bibliografia básica para consultas pelos acadêmicos;
6. Atendimento individual ou em grupos.

7. RECURSOS DISPONÍVEIS

1. Roteiros de aula (hand-outs);
2. Resumos/sinopses;
3. Disposição no quadro-de-giz;
4. Projeção de esquemas de exposição;
6. Documentários e filmes comerciais.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – Descrição dos Critérios

A avaliação será constante, gradual e variada. A participação, o interesse, a assiduidade, a capacidade de análise e de síntese do aluno serão permanentemente observados. Para a atribuição de notas e frequências, serão seguidas as normas da UFG. Para compor a nota semestral são necessárias duas avaliações.

Assim, a nota semestral será composta pela média das seguintes avaliações:

- a) **10,0** Seminários sobre temas pesquisados, exercícios e participação em aula.
- b) **10,0** Artigo final, de até 20 páginas, sobre os temas estudados.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS - AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

- Participação – claro comprometimento individual com o trabalho do grupo.
- Qualidade da pesquisa e problematização do problema.
- Originalidade – utilização de meios e idéias que consigam estimular o interesse dos ouvintes.
- Domínio do assunto - capacidade de interpretação segura do texto, conhecimento e desempenho com relação ao tema.
- Objetividade – capacidade de conduzir o tema de forma clara e sintética.
- Problematização – ao final da apresentação do texto ou tema, a equipe deverá propor problemas ou dilemas a serem debatidos e respondidos pela turma.

9.A. Formato dos seminários:

- 1) Breve histórico da questão.
- 2) Apresentação sintética e exemplificativa do tema com o uso de recursos audiovisuais.
- 3) Apresentação sintética dos dispositivos legais.
- 4) Apresentação de comentadores sobre o tema.
- 5) Apresentação de resumo escrito da exposição e recomendação da bibliografia pesquisada.

10. BIBLIOGRAFIA

10.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(Toda ela disponibilizada em formato digital)

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. Unicamp, 1992.
- KHALILI, Amyra El. Commodities ambientais: novo modelo econômico para a América Latina e Caribe. Bragança Paulista: Hereses, 2018.
- MAZOYER, Marcel et ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OST, François. A natureza à margem da lei – a ecologia à prova do direito. Lisboa: Editora Piaget, 1997.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. São Paulo: Lamparina, 2011.
- VEIGA, José Eli. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2007.
- XIFARAS, Michail. La Propriété: Études De Philosophie Du Droit. Paris: PUF, 2004.
- ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

10.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- _____. (org). Biocombustíveis – a energia da controvérsia. São Paulo: Ed. Senac, 2009.
- BANCO MUNDIAL. Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade. Diagnóstico sistemático de país, relatório nº 101431-BR, maio de 2016.
- BENJAMIN, Antonio Herman V (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BECK, Laura. Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- BESSONE, Darcy. Da posse. Saraiva, 1996, São Paulo.
- BORGES, Paulo Torminn, Institutos Básicos do Direito Agrário. Saraiva, São Paulo, 4º Ed., 1983.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. Proteção do ambiente e direito de propriedade: crítica da jurisprudência ambiental. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DELGADO, Guilherme. Economia do agronegócio como pacto do poder com os donos da terra. In: Revista da ABRA, volume especial “Agronegócio e realidade agrária no Brasil. Campinas: ABRA, 2013.
- DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- FAVARETO, Arilson et alli. Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil. Brasília: Comitê em defesa das florestas, ABRA, 2013.
- FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.
- _____. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. In: Boschi e outros (orgs). Desenvolvimento em debate, v.1, n.2, p.47-63. Rio de Janeiro: INCT, janeiro–abril e maio–agosto, 2010.
- FERRY, Luc. A nova ordem ecológica – a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- FIGUEIREDO, José Guilherme Purvin de. A propriedade no direito ambiental. São Paulo: Editora RT, 2010.
- FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003
- GIRARDI, Eduardo. Atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente: Unesp, 2008.
- HOFFMANN, R. e NEY, M. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil (de 1970 a 2008). Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2010.
- HOUTART, François. A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.
- LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo: Edições LTR, 1975.
- GIDDENS, Anthony. The Politics of Climate Change. London: Polity Press, 2009.
- GRANDE JR., Cláudio. Falhas no início do reconhecimento jurídico do domínio privado absoluto sobre terras no Brasil: Estudo para Melhor Compreensão da Situação Atual das Terras Devolutas e da Falta de Presunção Absoluta de Veracidade do Registro Imobiliário Comum. Goiânia: Revista da faculdade de direito da UFG, v. 39, n.1, p. 93 - 126, jan. / jun. 2015.
- IHERING, Rudolf Von, Teoria simplificada da posse. São Paulo: Rideel, 2005.
- _____. Fundamentos dos interditos possessórios. São Paulo: Edipro, 2007.
- LAQUIS, Manoel Antonio. Derechos Reales. Tomo I, parte general. Depalma.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores.

MARQUES, Paulo. *Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo*. In: Revista da ABRA, ano 35, volume 1, “Soberania alimentar e reforma agrária”. Campinas: ABRA, 2014.

MARTINELLI, I. A. e allii. *A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária*. In: *Biota Neotrópica*, vol. 10, n. 4, 2010.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILARÉ, Edis et MACHADO, Paulo Affonso L (orgs.). *Novo Código Florestal: comentários à Lei 12.651/2012, à Lei 12.727/2012 e ao Decreto 7830/2012*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

MOLINA, Mônica Castagna, SOUSA JR., José Geraldo de, TOURINHO NETO, Fernando da Costa (orgs.). *Introdução crítica ao direito agrário*: São Paulo : Imprensa Oficial do Estado , 2002, Série O direito achado na rua.

MORAES, Luís Carlos Silva de. *Código Florestal Comentado*. São Paulo: Atlas.

MOTA, Maurício (org.). *Fundamentos teóricos do direito ambiental*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MURPHY, L. ET NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAMOS, Pedro. *Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento*. São Paulo: Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001.

RYAN, Alan. *A propriedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

SAUER, Sérgio. *Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil?* Brasília: Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas, vol. 4, nº 1, 2010.

SERRES, Michel. *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O incandescente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A grande narrativa do humanismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

_____. *O contrato natural*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, José Afonso. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros.

TEIXEIRA, Gérson. *A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil*. In: Revista da ABRA, volume especial “Agronegócio e realidade agrária no Brasil”. Campinas: ABRA, 2013.

_____. *Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil*, Gerson Teixeira. In: Revista da ABRA, ano 35, volume 1, “Soberania alimentar e reforma agrária”. Campinas: ABRA, 2014.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Fabris.

TRENNEPOHL, Terence D. *Fundamentos de direito ambiental*. São Paulo: Podium, 2007.

VEIGA, José Eli da. *Os estertores do código florestal*. São Paulo: Ed. Armazém da Cultura, 2013.

_____. (org). *Economia socioambiental*. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

_____. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

_____. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.

UNGER, R. M. *A política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo, 2001.

VIVANCO, Antonino, C., *Teoria de Derecho Agrario*. Ediciones Livraria Jurídica, La Pita, 1967.

ZENUN, Augusto Elias Jorge. *O Direito Agrário e sua Dinâmica*. São Paulo: Copola. 1997.

11. Estrutura temática do curso (aspectos constitutivos):

- A macroeconomia: as políticas econômicas dos últimos governos e a primarização da economia brasileira. Contexto econômico mundial. Tendências econômicas globais. Forma econômica brasileira. Estrutura política e grupos de pressão. Políticas agrárias em outros países.
 - Características do agronegócio
 - Características da agricultura familiar
 - Contexto global e fins econômicos nacionais
- A orientação ideológica das elites do país: quais elementos indicam a sua orientação política-econômica. Quais os grupos de poder e o que querem – reconhecê-los e identificá-los. Quais forças são consideradas progressistas – reconhecê-las e identificá-las.
- O conflito agrário-ambiental no Brasil: como conciliar o modelo econômico com o equilíbrio ecológico. Por que manter as reservas naturais e em quais limites. Quais os pontos de atrito entre os interesses econômicos e os preservacionistas. O agronegócio e a economia mundial. A agricultura familiar e a economia mundial. Dados da economia agrária atual. A estrutura fundiária e a crítica a ela. A função social da terra. A reforma agrária é ainda importante? Segurança alimentar e modelo produtivo. Estratégias político-econômicas para o futuro do país.
 - Estrutura fundiária
 - Pontos legais de atrito
 - Função social da terra e o novo Código
 - Formato da produção agrária
 - Mercado interno e externo
 - Segurança alimentar
 - Valores que orientam a política agrária e econômica governamental
 - Segurança alimentar
 - Estratégias político-econômicas
- O diálogo agrário-ambiental: a estrutura da posse e uso das terras e dos recursos naturais.
- O futuro ecológico e econômico do Brasil: o que se pode esperar como resultado de suas políticas.
- Ideais políticos: o reconhecimento da impropriedade política e econômica do modelo atual. Novas referências políticas. Conteúdo programático para uma nova política.

12. Método de trabalho:

O estudo será conduzido a partir de três objetos: 1) o estudo complexo das relações proprietárias contemporâneas e suas implicações; 2) o estudo da formação jurídica e política do ocidente e sua compreensão no país; 4) o estudo de possibilidades teóricas aos modelos produtivos e feixe de direitos estabelecidos.

Formas dos encontros: aula expositiva-dialogada sobre os textos e temas propostos; estudo em seminário dos temas e textos propostos.

Quadro de textos a problematizar os temas propostos:

	Primeira parte	Segunda parte
1	Introdução metodológica	Introdução metodológica
2	Ost, cap. 2	Ost, cap. 2
3	Ost, cap. 2	Texto de Navarro.
4	Ost, cap. 2	Texto de Navarro.
5	Nagel, Introdução	Abramovay, cap 8, “As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico”.
6	Nagel, tópico 2	Abramovay, cap 8, “As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico”.
7	Nagel, tópico 2	Eli da Veiga, parte III, O desenvolvimento agrícola.
8	Nagel, conclusão	Bernstein, “A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização”.
9	Xifaras	A definir
10	Xifaras	A definir
11	Xifaras	A definir